

COMISSÃO ELEITORAL NACIONAL - CEN 2022 - SINDIRECEITA

RESOLUÇÃO Nº 027/2022 (21 DE NOVEMBRO DE 2022)

A Comissão Eleitoral Nacional do Sindicato Nacional dos Analistas - Tributários da Receita Federal do Brasil - SINDIRECEITA - CEN 2022, eleita pelo CNRE, realizado em Brasília - DF, nos dias 8, 9 e 10 de abril de 2022, responsável pela realização do pleito de 2022 que preencherá os cargos da Diretoria Executiva Nacional e das Delegacias Sindicais do SINDIRECEITA para o triênio 2023/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 94 inc. II, do Estatuto do SINDIRECEITA, julgou Impugnação apresentada por Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo (anexo I), por e-mail em 14/11/2022.

Ressalta-se que no dia 14/11/2022, por volta das 16h45, a filiada Rosilene da Costa Fernandes compareceu à sede do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil - SINDIRECEITA, em Brasília/DF, para protocolar sua impugnação. Neste momento, a colaboradora da CEN, Juliana de Sousa Galvão Borges informou à filiada que o envio da impugnação deveria ser feito pelos Correios, conforme indicado no artigo 37 do Regulamento Eleitoral. A filiada Rosilene da Costa Fernandes exigiu que o protocolo da impugnação fosse feito. Neste momento, a colaboradora Juliana de Sousa Galvão Borges ligou para a presidente da Comissão, a senhora Edi Maria Marcon Travessini. Ao telefone, a filiada Rosilene da Costa Fernandes, de forma intimidatória e coativa, informou que a ligação estaria sendo gravada para registro da negativa do recebimento da impugnação.

Sendo assim, o procedimento de protocolo adotado pela impugnante foi irregular, uma vez que o artigo 37 e seus parágrafos são claros ao determinar que:

“Artigo 37 – No prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação do resultado da apuração, contados da publicação do Boletim da Entidade de circulação Nacional, o filiado em gozo dos direitos político-sindicais poderá impugná-lo.

§ 1º A impugnação será por escrito, devidamente fundamentada e assinada, e encaminhada à Comissão Eleitoral mediante correspondência postada por SEDEX ou outro meio de entrega expressa, com aviso de recebimento (AR).

§ 2º É imprescindível o protocolo da impugnação, que é a manifestação tempestiva do desejo do filiado em impugnar o resultado da eleição, o qual deverá ser efetuado mediante envio de cópia integral da peça de impugnação, via e-mail cen2022@sindireceita.org.br, com a comprovação do recebimento pela Comissão Eleitoral, dentro do prazo previsto no *caput* deste artigo.”

Porém, para que não houvesse exposição desnecessária da colaboradora Juliana de Sousa Galvão Borges e para que a filiada Rosilene da Costa Fernandes não perdesse o direito de impugnar, aceitou-se o documento por insistência e esse foi julgado.

No dia 14 de novembro de 2022, a presidente da CEN, Edi Maria Marcon Travessini solicitou, no grupo da CEN via WhatsApp (anexo II), que a membro da CEN, Sandra Regina Yaginuma, exercesse a função de relatora das impugnações apresentadas, podendo os demais manifestarem seus votos (acompanhando o voto da relatora ou apresentando voto contrário).

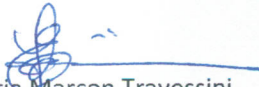
A relatora e membro da CEN, Sandra Regina Yaginuma apresentou seu voto (anexo III). Os membros Edi Maria Marcon Travessini, Jorge Márcio da Silva Mafra Filho e Dalva Maria Queiroz

COMISSÃO ELEITORAL NACIONAL - CEN 2022 - SINDIRECEITA

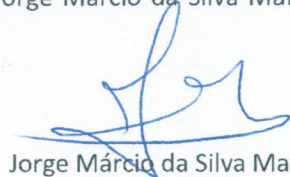
Amaral acompanharam o voto da relatora (anexo IV, V e VI). O membro Jether Abrantes de Lacerda proferiu seu voto contrário ao da relatora referente ao pedido 2 e 7 (anexo VII).

Sendo assim, decidiu-se por rejeitar todos os pedidos e manter o resultado que será publicado e homologado de acordo com o artigo 38 do Regulamento Eleitoral do SINDIRECEITA.


Participaram do julgamento colegiado os 5 (cinco) membros da Comissão Eleitoral Nacional Jether Abrantes de Lacerda, Edi Maria Marcon Travessini, Jorge Márcio da Silva Mafra Filho, Sandra Regina Yaginumá e Dalva Maria Queiroz Amaral.



Edi Maria Marcon Travessini



Jorge Márcio da Silva Mafra Filho



Sandra Regina Yaginumá



Dalva Maria Queiroz Amaral

Jether Abrantes de Lacerda



ILUSTRÍSSÍMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO SINDIRECEITA

Eu, Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo, Analistas Tributárias, vem mui respeitosamente perante a esta respeitável Comissão Eleitoral apresentar impugnação do resultado das eleições do Sindireceita, nos termos que segue:

1. PRELIMINARES

A busca pela máxima transparência, bem como a observância das regras do processo eleitoral deve privilegiar a participação de todos os filiados nos processos deliberativos da Comissão Eleitoral Nacional.

Assim, à luz do Art. 4º do Regimento Interno da Comissão Eleitoral Nacional, requeremos realizar a sessão deliberativa das impugnações na modalidade pública.

2. DAS NORMAS REGULADORAS DO PROCESSO ELEITORAL

A Comissão Eleitoral Nacional deve conduzir o processo eleitoral do Sindireceita em estrita observância ao Estatuto do Sindireceita, do Regulamento Eleitoral do Sindireceita, por fim, para dirimir casos omissos, a comissão poderá aplicar o Código Eleitoral Brasileiro e a legislação em vigor. Esta é a diretriz do Art. 108 do Estatuto do Sindireceita.⁹

Art. 108 – As eleições para preenchimento dos cargos da Diretoria Executiva Nacional e das Delegacias Sindicais deverão observar o disposto neste Título e no Regulamento Eleitoral.

Parágrafo único – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, mediante aplicação, por analogia, do Código Eleitoral Brasileiro e da legislação em vigor.

Além das normas já mencionadas, a Comissão Eleitoral, em observância ao parágrafo 3º do Art. 2º do Regulamento Eleitoral, editou seu Regimento Interno que foi publicado em 19 de maio de 2022.

Desta forma, as normas de regência do processo eleitoral do Sindireceita são:

- a) Estatuto do Sindireceita;
- b) Regulamento Eleitoral;
- c) Regimento Interno da Comissão; e
- d) Para os casos omissos, o Código Eleitoral Brasileiro e a legislação em vigor.

As normas definidoras das regras são de cumprimento obrigatório durante o processo de organização, apuração, divulgação, impugnação, julgamento e homologação das eleições do Sindicato Nacional do Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil. O maior objetivo delas é a garantia da lisura em todas as etapas do processo, ou seja, que nenhum dos atores possa exercer suas atividades de forma tendenciosa a beneficiar aquele que lhe seja mais simpático.

3. DA PUBLICIDADE DOS ATOS PRATICADOS

A divulgação dos atos praticados e a divulgação da agenda das reuniões deliberativas dos agentes no processo de organização das eleições é instrumento de efetivo controle pela categoria, é marco temporal para contagem de prazos e é prova irrefutável da transparência requerida pelos Analistas Tributários, nos atos praticados pelos órgãos do sindireceita.

São exemplos do acima exposto: divulgação das chapas inscritas/homologadas (Art 116 do Estatuto), apuração dos votos presenciais pelas Mesas Eleitorais (Art. 28 do Regulamento eleitoral) e deliberação da comissão eleitoral em sessão pública (Art. 4º do Regimento Interno).

3.1 Deliberações da Comissão Eleitoral

O espírito de publicidade e transparência necessários à lisura do processo eleitoral do Sindireceita, levou a Comissão Eleitoral a estabelecer como padrão de comportamento de suas deliberações, que estas seriam em **sessão pública**.

Regimento Interno da Comissão Eleitoral do Sindireceita

Art. – A Comissão Eleitoral deliberará por maioria de votos, em sessão pública, com a presença mínima de dois de seus membros, além do Presidente. (grifo nosso)

É de se imaginar que exista dos seus membros o ânimo de seguir as regras de procedimentos instituídas pela própria comissão, pois não seria razoável admitir que a comissão criou uma regra em seu regimento interno e de imediato passou a desconsiderar sua existência.

Ainda que fosse regra de menor relevância, se é que existe, não seria honesto o eloquente descumprimento da norma. Assim, abrir as portas das deliberações é ato da maior importância, uma vez que se conheceria o posicionamento republicano ou não de seus membros, bem como a total lisura dos atos praticados pela Comissão Eleitoral.

Para surpresa de todos, muitas deliberações da comissão foram tomadas às portas fechadas, ou seja, sem o olhar atento e fiscalizador dos filiados. Agora, depois de consumados esses atos não se pode atestar, nem mesmo para registro histórico, como esse ou aquele membro da Comissão Eleitoral se comportou.

Desta forma, qualquer elogio ou censura é desprovido do conhecimento dos fatos e pode ser uma leviandade para o bem ou para o mal.

Assim sendo, há de se defender a nulidade dos atos praticados sem devido respeito às normas de publicidade e transparência autoimpostas pela Comissão Eleitoral, no seu Regimento Interno.

4. ETAPAS DO PROCESSO ELEITORAL E COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

A leitura atenta das regras do processo eleitoral, após a coleta dos votos, é caracterizada por fases definidas com clareza solar, vejamos:

- a) Apuração (Art. 28, 29 e 30 do Regulamento Eleitoral);
- b) Publicação do resultado (Art. 36 do Regulamento Eleitoral);
- c) Impugnação do resultado (Art. 37 do Regulamento Eleitoral);
- d) Análise e deliberação das impugnações (§ 4º do Art. 37);
- e) Homologação do Resultado (Art. 38 do Regulamento Eleitoral).

4.1 Autonomia das Mesas Eleitorais na Apuração do Votos Presenciais

A apuração dos votos presenciais será realizada de forma autônoma e independente pelas mesas eleitorais, ou seja, apurada de forma descentralizada (Art. 28 do Regulamento Eleitoral). Cada mesa eleitoral ainda que autônoma não está dispensada de observar todas as regras eleitorais na apuração dos votos presenciais, inclusive com direito de as chapas indicarem fiscais para acompanhar a apuração que obrigatoriamente deverá ser pública.

Art. 28 – Imediatamente e de forma ininterrupta, após o encerramento da votação, dar-se-á início a apuração dos votos presenciais colhidos pelas Mesas Eleitorais, que será efetuada de forma pública.

A regra esculpida no Art. 28 do Regulamento determina a imediata apuração dos votos presenciais pelas Mesas Eleitorais, ou seja, a apuração dos votos presenciais é competência das Mesas Eleitorais que será fiscalizada pelos filiados e fiscais indicados pelas chapas concorrentes.

Os resultados apurados pelas mesas eleitorais poderão ser objetivo de contestação na fase de impugnação, item 3 “c”. Não há previsão legal para impugnação dos procedimentos e/ou resultados das mesas eleitorais antes da fase de impugnação.

Assim, a Comissão Eleitoral não pode acolher impugnação de urnas apuradas pelas mesas eleitorais antes da fase de impugnação. Esta fase equivale a “instância recursal” das urnas apuradas pelas mesas eleitorais e tem momento definido e não pode a Comissão a seu critério estabelecer momento distinto, sob pena de interferir de forma ilegal no processo de apuração dos resultados.

A materialização dessa interferência ilegal deve ser combatida, pois quebra a lógica legal que definiu as fases a serem observadas até a homologação dos resultados, interfere na transparência e na lisura das eleições.

Conclui-se que todos os atos praticados e procedimentos adotados, antes da fase própria do processo eleitoral, são completamente nulos de pleno direito e assim devem ser reconhecidos de pronto pela Comissão Eleitoral.

5. PROCEDIMENTOS DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA

A organização das eleições compreende uma série de atividades que são executadas pelos órgãos do Sindireceita e todas devem seguir um rito e prazos definidos nas regras eleitorais.

Estas regras tem razões de existir e ninguém deve se colocar acima delas, ou seja, elas são de cumprimento obrigatório.

A título de exemplo pode-se elencar algumas dessas regras, são elas:

- (i) prazo de inscrição das chapas - nenhuma chapa poderá ser registrada fora do prazo estabelecido);
- (ii) número de candidatos por chapa - nenhuma das chapas poderá ter quantidade de candidatos inferior ao definido;
- (iii) competências das mesas eleitorais - as delegacias sindicais, a comissão eleitoral e qualquer outro órgão não pode usurpar as competências das mesas eleitorais, regularmente instituídas;
- (iv) a obrigatoriedade de enviar o mapa de apuração de resultado, devidamente preenchido e assinado, lista de votação original e atas de eleição, regularmente assinada pelos membros da mesa eleitoral;

Estas são algumas das regras de observância pelos órgãos encarregados de conduzir as eleições, do início ao seu fim, de forma a transmitir segurança aos filiados e candidatos de que processo eleitoral é seguro e transparente.

Tudo isto nos leva a acreditar que o resultado homologado pela Comissão Eleitoral reflete de fato a vontade dos filiados eleitores do Sindireceita.

É o que se espera e deseja. Porém, quando os procedimentos e fases do processo deixa de cumprir o rito previamente definido, provoca em cada um dos filiados a natural repulsa e desconfiança.

Ante o exposto, entende-se que todas as regras devem ser observadas com rigor, pois tangenciar o cumprimento de umas e exigir com rigor o de outras, transmite a ideia de que o processo está contaminado, por motivos e razões desconhecidos de todos.

Assim, o fundamento alegado para desconsiderar um voto ou uma urna deve, de imediato, ser aplicado a todos os casos em similar situação.

Da mesma forma que o fundamento utilizado para atestar a regularidade de um voto ou urna deve ser usado de forma extensiva a todos votos e urnas na mesma condição.

Pelo exposto, pode-se asseverar que não foi esse o norte adotado pela Comissão Eleitoral, uma vez que, em dada situação as regras foram tangenciadas e em outras, as regras foram rigidamente observadas.

6. ATRIBUTOS DO VOTO

Todo o processo eleitoral é organizado para ouvir a base de filiados sobre qual alternativa dentre todas deve ser escolhida para gerir o Sindicato, no próximo triênio. As chapas concorrentes apresentam suas propostas durante o período de campanha e ao fim, os filiados eleitores são chamados a escolher através do voto aquele que acredita ser a alternativa mais autêntica dos anseios da categoria.

Desde logo, percebe-se que o foco de processo eleitoral é a vontade do eleitor. Todos os demais aspectos existem com fim de colher a opinião do filiado eleitor que se materializa no voto, mas o voto não é absoluto.

Ele deve ser revestimento de alguns atributos essenciais, sem os quais estará maculado e nulo de pleno direito. São atributos de validade do voto:

- a) Aptidão do eleitor votante;
- b) Ser fruto de manifestação livre do eleitor;
- c) Unicidade;
- d) Sigilo.

O voto colhido sem um ou mais de seus atributos essenciais é nulo de pleno direito e não pode ser considerado no processo eleitoral do Sindireceita.

O eleitor que depositar seu voto na urna, mas por algum motivo não estar em pleno exercício dos direitos sociais, não poderá ter sua vontade considerada nas eleições. Da mesma forma, na hipótese de o eleitor ser forçado, por qualquer meio, a votar em chapa distinta daquela de sua vontade, deve ter o voto anulado, tão logo os órgãos competentes tenham conhecimento do fato ocorrido. Outro atributo do voto é a unicidade, ou seja, o voto é único e não é permitido mais de um voto por eleitor. Além desses atributos é de observância obrigatória o sigilo do voto, isto quer que em nenhuma hipótese o voto pode ser identificado.

Assim, a ausência da aptidão do eleitor votante, da livre manifestação de vontade ao votar, da unicidade do voto ou da quebra do sigilo é motivo de nulidade do voto colhido e deve, no

momento adequado, ser extirpado do processo de apuração das eleições do Sindireceita. Isto sem prejuízo de apurar as responsabilidades do quem praticou o ato ilegal.

7. A SOBERANIA DA VONTADE DO FILIADO ELEITOR

O processo eleitoral do Sindireceita é uma das instâncias deliberativas da categoria de maior importância. Em 2022 as eleições foram inovadas com o voto digital, pois havia a expectativa de maior participação dos filiados.

Isto acabou por se concretizar e o número de filiados eleitores foi significativamente superior ao das últimas eleições.

Os resultados apurados nas eleições devem ser a manifestação soberana da vontade dos eleitores, pois esse é o objetivo principal de qualquer processo eleitoral. Na hipótese de determinado processo eleitoral vier a desconsiderar essa manifestação soberana e seu resultado apurado ser diversamente distinto dessa vontade e apontar para outro rumo, ter-se-á neste caso a vontade soberana das regras e de seus apuradores, mas nunca a vontade dos principais atores do processo: os eleitores.

Quando isto acontece todos perdem, pois nos processos eleitorais todas as regras e todos os esforços devem ser orientados para validar a vontade, objeto do processo, ou seja, **a manifestação do eleitor através do voto.**

Se o voto preencher os atributos necessários à sua validação e uma regra aponta para sua nulidade, por questões procedimentais, inclusive alheias ao votante, estar-se-á diante de uma impropriedade:

Norma instituída para valorar e validar a vontade do filiado eleitor invalida o voto por questões procedimentais não relacionadas aos atributos do voto.

Nesta realidade se enclausura a vontade soberana do filiado por meio de procedimentos que deveriam elevar essa vontade ao ponto mais alto do processo eleitoral.

Desta forma, a norma procedimental exerce papel inverso ao que deveria prestar à classe dos Analistas Tributários.

Este efeito nocivo deve ser combativo com toda força pela Comissão Eleitoral e todos os demais órgãos do Sindicato, inclusive as chapas concorrentes, pois estamos convencidos que nenhuma

das chapas deseja ser declarada vencedora quando na realidade não obteve da classe dos Analistas Tributários seu beneplácito. Admitir isso, seria o equivalente a desejar usurpar os resultados das urnas.

Por todo o exposto, há de se defender a revogação de todos os atos praticados que valoram os procedimentos em detrimento da vontade soberana dos filiados do Sindicato Nacional do Analistas Tributários.

8. DA IMPUGNAÇÃO

É objetivo de todos os envolvidos nas eleições do Sindireceita zelar e defender o direito filiado. Somos a favor da aplicação justa e equilibrada das regras, não se pode admitir tratamento distinto para situações equivalentes. A isonomia é o mínimo a esperar na condução do processo eleitoral.

Por outro lado, não se pode imaginar que a soberania da vontade do filiado fique enclausurada por procedimentos e formalidades. Desta maneira, quando um for colocado em contraposição ao outro, não há que se questionar, pois a soberania do voto do filiado é o bem maior do processo eleitoral, salvo em situações de fraude comprovada.

9. DOS PEDIDOS

Ante os argumentos apresentados, demandamos da egrégia Comissão Eleitoral Nacional o que segue:

I - Anular as resoluções de nº 01 de 15 de junho de 2022, nº 02 de 29 de junho de 2022, nº 03 de 05 de julho de 2022, nº 04 de 06 de julho de 2022, nº 05 de 07 e julho de 2022, nº 06 de 15 de julho de 2022, nº 07 de 20 de julho de 2022, nº 08 de 02 de agosto de 2022, nº 09 de 02 de agosto de 2022, nº 11 de 04 de agosto de 2022, nº 12 de 04 de agosto de 2022, nº 13 de 30 de agosto de 2022; nº 14 de 01 de setembro de 2022, nº 15 de 02 de setembro de 2022, nº 16 de 06 de setembro de 2022, nº 17 de 08 de setembro de 2022, nº 18 de 09 de setembro de 2022, nº 19 de 09 de setembro de 2022, nº 20 de 11 de setembro de 2022, nº 21 de 20 de setembro de 2022, nº 22 de 09 de outubro de 2022, nº 23 de 19 de outubro de 2022, nº 24 de 27 de outubro de 2022, nº 25 de 03 de novembro de 2022 e tornar sem efeito os atos praticados pela Comissão Eleitoral Nacional, pois suas deliberações contrariam a obrigatoriedade de ocorrerem em sessões públicas, conforme determina o Art. 4º do Regimento da Comissão Eleitoral;

II – Anular as resoluções de nº 24 de 27 de outubro de 2022 e nº 25 de 03 de novembro de 2022 e tornar sem efeito os atos praticados pela Comissão Eleitoral Nacional, pois suas deliberações afrontam a competência de apuração das Mesas Eleitorais e anteciparam a fase de impugnação dos resultados das eleições, conforme define os Arts. 28 e 37, ambos, do Regulamento Eleitoral;

III - Anular as urnas da Delegacia Sindical de Alagoas, Delegacia de Ponta Grossa, Delegacia de Santa Maria e Delegacia Alfândega Galeão do Rio de Janeiro, pois não enviaram o mapa de apuração para o e-mail da comissão eleitoral, conforme estabelece o Art. 29 do Regulamento Eleitoral;

IV - Anular as urnas da Delegacia Sindical de Salvador, Delegacia Sindical de Aracaju, Delegacia de Feira de Santana, Delegacia de Goiânia, Delegacia de Natal, Delegacia de Piracicaba, Delegacia de Presidente Prudente, Delegacia do Rio de Janeiro Centro Sul, Delegacia de São José dos Campos, Delegacia Sindical de Itajaí, Delegacia Sindical de Santarém, Delegacia de Taubaté e da Delegacia de Uruguaiana, Delegacia do Acre, Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Caxias do Sul, Cuiabá, Novo Hamburgo, Osasco, Rio de Janeiro (Mesa 8) e Sorocaba, por terem enviado o e-mail, mapa de apuração ou a ata depois no prazo definido no artigo 29 do Regulamento Eleitoral;


V - Anular as urnas da Delegacia Sindical de Alagoas, Delegacia Sindical do Rio Grande, Delegacia Sindical Alfândega do Porto – RJ, Delegacia Sindical de São Luis, Delegacia de Caxias do Sul, pois deixaram de registrar votos dos eleitores no sistema de votação;

VI –Na hipótese, ainda que remota, de todos os pedidos anteriores serem indeferidos e considerando a soberania da vontade do filiado eleitor – o voto – sobre as regras procedimentais; REQUER, alternativamente, anular a resolução nº 24 de 27 de outubro de 2022 e validar os votos por ela anulados,

VII - Apurar novo resultado, publicar e homologar o resultado das eleições de 2022 do Sindireceita.

Brasília, 14 de novembro de 2022

Rosilene da Costa Fernandes
Cpf 703.772.194-87 e Rg nº 855648/RN

Documento assinado digitalmente
 DENISE RODRIGUES DE FIGUEREDO
Data: 14/11/2022 16:22:00-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Denise Rodrigues de Figueredo
Cpf 941.883.001-91 / 42.02981 SSP-GO

ANEXO II

[14/11 22:16] Edi CEN: Boa noite.

[14/11 22:18] Edi CEN: Recebemos algumas impugnações encaminhadas por Thales, Luis Fernando, Roselene e Denise, e Paulo Antenor.

[14/11 22:19] Edi CEN: Solicito à Sandra que exerça a função de relatora, podendo nós outros manifestarmos nossos votos.

[14/11 22:19] Edi CEN: Obrigada.

[14/11 22:20] Sandra Yaginuma: Boa noite

[14/11 22:20] Sandra Yaginuma: De acordo

[14/11 22:21] Jorge Márcio Mafra: Boa noite

[14/11 22:21] Jorge Márcio Mafra: Certo

[14/11 22:53] Dalvinha: Ok

Prezados membros da CEN, Edi Maria Marcon Travessini, Jorge Márcio da Silva Mafra Filho, Dalva Maria Queiroz Amaral e Jether Abrantes de Lacerda

Eu, Sandra Regina Yaginuma, membro titular da CEN, indicada como relatora das impugnações, manifesto minhas considerações acerca da impugnação apresentada pelas filiadas Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo, como segue:

Pedido I – “Anular as resoluções de nº 01 de 15 de junho de 2022, nº 02 de 29 de junho de 2022, nº 03 de 05 de julho de 2022, nº 04 de 06 de julho de 2022, nº 05 de 07 de julho de 2022, nº 06 de 15 de julho de 2022, nº 07 de 20 de julho de 2022, nº 08 de 02 de agosto de 2022, nº 09 de 02 de agosto de 2022, nº 11 de 04 de agosto de 2022, nº 12 de 04 de agosto de 2022, nº 13 de 30 de agosto de 2022; nº 14 de 01 de setembro de 2022, nº 15 de 02 de setembro de 2022, nº 16 de 06 de setembro de 2022, nº 17 de 08 de setembro de 2022, nº 18 de 09 de setembro de 2022, nº 19 de 09 de setembro de 2022, nº 20 de 11 de setembro de 2022, nº 21 de 20 de setembro de 2022, nº 22 de 09 de outubro de 2022, nº 23 de 19 de outubro de 2022, nº 24 de 27 de outubro de 2022, nº 25 de 03 de novembro de 2022 e tornar sem efeito os atos praticados pela Comissão Eleitoral Nacional, pois suas deliberações contrariam a obrigatoriedade de ocorrerem em sessões públicas, conforme determina o Art. 4º do Regimento da Comissão Eleitoral;”

Considerando que nunca houve sequer uma manifestação de interesse de filiado ou candidato para participar das deliberações da CEN.

Considerando que em momento nenhum as deliberações da CEN foram tomadas a portas fechadas, uma vez que nunca ninguém foi impedido de participar de uma reunião da comissão.

Considerando que, durante todo o processo eleitoral, a CEN se viu obrigada a emitir Resoluções para viabilizar o pleito, tendo em vista as várias omissões e divergências apresentadas no Regulamento Eleitoral e no Estatuto do SINDIRECEITA.

Considerando que a Resolução CEN nº 008/2022 foi emitida devido a uma impugnação da filiada Rosilene da Costa Fernandes em relação à candidatura do sr. Antônio Geraldo de Oliveira Seixas e que, naquele momento ou qualquer momento posterior, a filiada não manifestou nenhuma intenção de participar da deliberação ou mesmo arguiu sobre a sessão ser pública.

Considerando que a todos os atos praticados pela CEN foram dadas a devida publicidade (foram publicados no site do SINDIRECEITA: <https://sindireceita.org.br/noticias/sindicato/151399-documentos-comissao-eleitoral>).

Considerando que a maioria das decisões da CEN foram unânimes e quando houve divergência, o inteiro teor dos votos foi devidamente publicado individualmente.

Considerando que os tribunais pátrios se utilizam de sessões virtuais, em que se permite coletar os votos de forma eletrônica, não necessariamente transmitidas via Zoom. E considerando que o julgamento virtual já observa o princípio da transparência.

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido II – “Anular as resoluções de nº 24 de 27 de outubro de 2022 e nº 25 de 03 de novembro de 2022 e tornar sem efeito os atos praticados pela Comissão Eleitoral Nacional, pois suas deliberações afrontam a competência de apuração das Mesas Eleitorais e anteciparam a fase de impugnação dos resultados das eleições, conforme define os Arts. 28 e 37, ambos, do Regulamento Eleitoral;”

Considerando meu voto quanto à forma (oportunidade) de aceitação e julgamento da impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração (anexo).

Considerando que o período recursal quanto à impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração foi devidamente garantido às chapas interessadas.

Considerando que foi observado o devido processo legal, o contraditório e ampla defesa, permitindo que no julgamento do recurso, o advogado e representantes das três chapas concorrentes à DEN tivessem voz e realizassem sustentação oral.

Considerando que a sessão foi pública.

Considerando que os votos foram elaborados na sequência por cada um dos membros e foi oportunizada a coleta desses votos e foi disponibilizado o inteiro teor do voto de cada um.

Considerando que o julgamento colegiado de recurso exige a participação de todos os julgadores, sendo possível que o membro tão somente acompanhe os votos já apresentados durante a sessão de julgamento. Além disso, em todos os votos foram apresentados fundamentos autônomos.

Considerando a efetiva fiscalização, transparência do processo e hígidez do pleito: presunção de veracidade, mas para que haja plena confiabilidade no resultado das eleições é indispensável o cumprimento das regras eleitorais procedimentais.

Apenas a título de comparação, caso nas eleições presidenciais, se algum mesário deixasse de registrar a presença do eleitor no respectivo sistema de votação, a Justiça Eleitoral aproveitaria o voto de papel? A resposta é negativa, pois, apesar de o mesário possuir fé pública, o erro procedimental é grave e repercute na validade do voto.

No presente caso, as irregularidades apuradas em dois locais de votação comprometeram os resultados. Registre-se que houve impugnação escrita e oral da Chapa Identidade AT no momento da apuração dos votos. A apuração dos votos não havia encerrado quando ocorreu a irrisignação formal perante a CEN e não há que se falar que a nulidade das urnas ocorreria apenas no caso de impugnação apresentada

diretamente nas Mesas Eleitorais. Ora, a Comissão Eleitoral, antes mesmo da divulgação oficial do resultado, poderia, de ofício, atestar a invalidade e a irregularidade procedimental grave das Delegacias Sindicais. Dessa forma, não há que se falar em preclusão, intempestividade ou até extemporaneidade da impugnação. Até porque, ainda que assim não fosse, após a publicação do resultado, seria cabível a apresentação de impugnação do resultado eleitoral com base nos mesmos argumentos lançados na impugnação ora em análise.

Na apuração, a CEN se preocupou em aproveitar ao máximo os votos depositados nas urnas, registrando todo o procedimento de apuração em ata, inclusive. No entanto, a maioria dos membros reconheceu que seria inviável aproveitar os votos depositados em duas sessões eleitorais, tendo em vista os vícios já referenciados e reconhecidos nas Resoluções CEN nº 24 e 25/2022.

Considerando que não se pode confundir os objetivos da impugnação prevista no artigo 37 do RE como “segunda instância recursal”.

Considerando o artigo 171 do Código Eleitoral:

“art. 171 - Não será admitido recurso contra a apuração, se não tiver havido impugnação perante a Junta, o ato apuração, contra as nulidades arguidas.”

Considerando que ao admitir tal impugnação, tornaria o processo eleitoral infundável.

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedidos:

“III - Anular as urnas da Delegacia Sindical de Alagoas, Delegacia de Ponta Grossa, Delegacia de Santa Maria e Delegacia Alfândega Galeão do Rio de Janeiro, pois não enviaram o mapa de apuração para o e-mail da comissão eleitoral, conforme estabelece o Art. 29 do Regulamento Eleitoral;

IV - Anular as urnas da Delegacia Sindical de Salvador, Delegacia Sindical de Aracaju, Delegacia de Feira de Santana, Delegacia de Goiânia, Delegacia de Natal, Delegacia de Piracicaba, Delegacia de Presidente Prudente, Delegacia do Rio de Janeiro Centro Sul, Delegacia de São José dos Campos, Delegacia Sindical de Itajaí, Delegacia Sindical de Santarém, Delegacia de Taubaté e da Delegacia de Uruguaiana, Delegacia do Acre, Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Caxias do Sul, Cuiabá, Novo Hamburgo, Osasco, Rio de Janeiro (Mesa 8) e Sorocaba, por terem enviado o e-mail, mapa de apuração ou a ata depois no prazo definido no artigo 29 do Regulamento Eleitoral;

V - Anular as urnas da Delegacia Sindical de Alagoas, Delegacia Sindical do Rio Grande, Delegacia Sindical Alfândega do Porto – RJ, Delegacia Sindical de São Luis, Delegacia de Caxias do Sul, pois deixaram de registrar votos dos eleitores no sistema de votação;”

Considerando que foi observado o princípio da igualdade e isonomia, em que casos idênticos foram tratados de forma idêntica e casos diferentes foram tratados de forma diferente.

Considerando que as urnas validadas não descumpriram mais de uma regra cumulativamente, tornando o vício sanável, conforme determinado na Resolução CEN nº 23 /2022.

Considerando que não se trata apenas do não registro dos votos no sistema digital, mas do não cumprimento de mais de uma regra regulamentar de forma cumulativa, o que se trata de vício não sanável e que compromete a higidez do pleito.

Considerando que não se pode confundir os objetivos da impugnação prevista no artigo 37 do RE como “segunda instância recursal”.

Considerando o artigo 171 do Código Eleitoral:

“art. 171 - Não será admitido recurso contra a apuração, se não tiver havido impugnação perante a Junta, o ato apuração, contra as nulidades arguidas.”

Considerando que ao admitir tal impugnação, tornaria o processo eleitoral infundável.

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido VI – “Na hipótese, ainda que remota, de todos os pedidos anteriores serem indeferidos e considerando a soberania da vontade do filiado eleitor – o voto – sobre as regras procedimentais; REQUER, alternativamente, anular a resolução nº 24 de 27 de outubro de 2022 e validar os votos por ela anulados,”

Considerando meu voto quanto à forma (oportunidade) de aceitação e julgamento da impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração (anexo).

Considerando que o período recursal quanto à impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração, que resultou na Resolução CEN nº 24/2022, foi devidamente garantido às chapas interessadas.

Considerando que houve oportunidade de defesa oral tanto para o representante das três chapas concorrentes à Diretoria Executiva Nacional.

Considerando que não se pode confundir os objetivos da impugnação prevista no artigo 37 do RE como “segunda instância recursal”.

Considerando que ao admitir tal recurso, tornaria o processo eleitoral infundável.

Considerando que o as impugnações das urnas e mesas é assunto esgotado.

Considerando todo o exposto acima, nas considerações do pedido II.

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido VII – “Apurar novo resultado, publicar e homologar o resultado das eleições de 2022 do Sindireceita.”

Considerando todo o exposto acima.

VOTO por manter o resultado e acatar o pedido de publicar e homologar o resultado das eleições de 2022 do SINDIRECEITA, de acordo com o artigo 38 do RE.

Por fim, em resposta aos dizeres:

“As normas definidoras das regras são de cumprimento obrigatório durante o processo de organização, apuração, divulgação, impugnação, julgamento e homologação das eleições do Sindicato Nacional do Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil. O maior objetivo delas é a garantia da lisura em todas as etapas do processo, ou seja, que nenhum dos atores possa exercer suas atividades de forma tendenciosa a beneficiar aquele que lhe seja mais simpático.”

(...)

“Agora, depois de consumados esses atos não se pode atestar, nem mesmo para registro histórico, como esse ou aquele membro da Comissão Eleitoral se comportou. Desta forma, qualquer elogio ou censura é desprovido do conhecimento dos fatos e pode ser uma leviandade para o bem ou para o mal.”

É importante registrar que os votos proferidos pelos julgadores observaram o princípio do livre convencimento racional e jamais houve qualquer influência de terceiros nas decisões desta Comissão. Isso pode ser considerado uma afronta à dignidade dos membros da CEN, que buscaram, desde o começo, trabalhar de forma transparente e correta. Sendo a Comissão imparcial e defensora de um processo eleitoral respeitoso, justo, limpo e verdadeiro. Aduzir, mesmo que indiretamente, a ausência de imparcialidade de qualquer um dos membros é deplorável e pode ensejar a devida reparação judicial por ofensa à honra de cada um dos julgadores.



Sandra Regina Yaginumá
Relatora - Membro titular da CEN

Anexo

Prezados membros da CEN, Edi Maria Marcon Travessini, Jorge Márcio da Silva Mafra Filho, Dalva Maria Queiroz Amaral e Jether Abrantes de Lacerda

Eu, Sandra Regina Yaginuma, membro titular da CEN, atendendo ao pedido da senhora presidente desta comissão, Edi Maria Marcon Travessini, que solicitou que fossem feitas considerações acerca da forma (oportunidade) de aceitação e julgamento da impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração, apresento minhas ponderações:

1. As apurações tiveram início em 24 de outubro de 2022, na sede do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil – SINDIRECEITA, em Brasília/DF. O primeiro dia de trabalho foi bastante tumultuado, com muitas intervenções por parte dos fiscais, inclusive quanto ao andamento dos trabalhos e forma de atuação da CEN.

2. No dia 25 de outubro de 2022, antes dos trabalhos serem retomados, a presidente da CEN, Edi Maria Marcon Travessini, precisou se manifestar, de forma bastante emotiva, para pedir que fossem respeitados os ritos determinados pela CEN, assim como não seriam aceitas intervenções a respeito de como a CEN deveria agir.

3. No mesmo dia (25/10/2022), o fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, enviou e-mail para a CEN (cen2022@sindireceita.org.br) manifestando impugnação das urnas da mesa de DS Alagoas e DS ALF Porto RJ.

4. No dia 26 de outubro de 2022, a CEN abriu oportunidade para que os fiscais das outras duas chapas apresentassem impugnações sobre as mesas, conferindo-lhes o prazo até 27 de outubro de 2022, às 10:00 da manhã. Não houve qualquer manifestação além da impugnação já apresentada.

5. Neste momento, era entendimento dos membros da CEN, que a impugnação deveria ser analisada posteriormente, quando fosse aberto o prazo para a impugnação do resultado.

6. Neste dia, também, foi anunciado por mim, o resultado (quantitativo de votos) antes das impugnações, não tendo sido feita nenhuma declaração de vencedor, nem por mim e nem pela presidente da CEN ou qualquer outro membro da comissão.

7. No dia 27 de outubro de 2022, antes de os trabalhos de apuração serem declarados encerrados, tomei a atitude de verificar como eram tratadas as impugnações apresentadas durante a apuração. Não surpresa, encontrei apenas uma citação quanto a impugnações durante a apuração no Regulamento Eleitoral do Sindireceita, como segue:

“Art. 35 – Apurados os votos por correspondência e os votos colhidos em separado, a Comissão Eleitoral consolidará os votos, fazendo a correspondente soma com os votos apurados nas urnas e os votos apurados em votação digital, lavrando ata para registrar os trabalhos de consolidação do processo de apuração e encerramento das eleições, que será assinada pelos seus membros e pelos fiscais registrados, se presentes, a qual fará menção expressa a:

(...)

IV – a quantidade e a identificação das urnas impugnadas;”

8. Entendendo que se as impugnações devem constar na ata de apuração, elas podem ser apresentadas durante o processo de apuração. Mas, não contente, continuei a busca pela forma como a impugnação apresentada deveria ser tratada, sem sucesso.

9. Considerando, então, que esta é a única menção feita, no regramento do Sindireceita, sobre impugnação de urnas durante a apuração e considerando que compete à Comissão Eleitoral dirimir os casos omissos, aplicando, por analogia, o Código Eleitoral Brasileiro e a legislação em vigor, conforme estabelecido no inciso II do artigo 94 do Estatuto do Sindireceita, recorreu-se ao Código Eleitoral que menciona a possibilidade de impugnação durante o processo de votação nos artigos 147 e 149, mas também menciona a possibilidade de impugnação durante a apuração dos votos no artigo 169:

“Art. 169. À medida que os votos forem sendo apurados, poderão os fiscais e delegados de partido, assim como os candidatos, apresentar impugnações que serão decididas de plano pela Junta.

§ 1º As Juntas decidirão por maioria de votos as impugnações.

§ 2º De suas decisões cabe recurso imediato, interposto verbalmente ou por escrito, que deverá ser fundamentado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que tenha seguimento.

(...)”

10. Pelo exposto no artigo 169, a impugnação deveria ser apreciada de plano pela comissão, ou seja, no próprio dia 25/10/2022. Fato que não ocorreu, devido ao tumultuoso trabalho de contagem dos votos.

11. Considerando o artigo 31 do Regulamento Eleitoral do Sindireceita:

Art. 31 – A Comissão Eleitoral, utilizando os recursos necessários disponibilizados pela Diretoria Executiva Nacional, consolidará os Mapas de Apuração de Resultados das diversas Mesas Eleitorais bem como consolidará as listas de votação em urna, votação em meio digital, votação por correspondência e votação em separado, tudo fazendo para controlar a existência de voto em duplicidade ou qualquer outra irregularidade.

12. No dia 27 de outubro, no horário do almoço, após a saída do membro Jether Abrantes de Lacerda, que precisou se ausentar para atender a compromissos pessoais, os membros presentes da CEN discutiram sobre o julgamento ou não da impugnação e não restou dúvida quanto à necessidade do ato, uma vez que o artigo 169 do Código Eleitoral é claro ao dizer que os fiscais podem apresentar impugnação durante a apuração dos votos e que a comissão deve apreciar de pronto.

13. O advogado dr. Rodrigo Pedreira, especialista de processos eleitorais e contratado pela CEN, manifestou sua concordância quanto à decisão de julgar a impugnação.

14. Fez-se então, a minuta da Resolução nº 24/2022, primeiramente constando o nome do membro Jether Abrantes de Lacerda, simplesmente porque usamos modelos prontos de resolução.

15. Houve então uma discussão entre Jether Abrantes de Lacerda, Jorge Márcio da Silva Mafra Filho e eu pelo grupo do WhatsApp da CEN, em que se

discutiu se a apreciação da impugnação seria oportuna ou não. Nunca foi discutido o mérito da impugnação.

16. Considerando a urgência da decisão e a ausência do membro Jether Abrantes de Lacerda, refez-se a minuta sem o nome dele para que os demais membros presentes pudessem assinar a resolução sem delongas.

Por todo acima, concluo que:

- É permitido aos fiscais de apuração impugnarem as urnas durante o processo de apuração dos votos e que a comissão deve decidir de plano a impugnação.

- O fiscal da chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, enviou e-mail no dia 25/10/2022 manifestando impugnação das mesas da DS Alagoas e DS ALF Porto RJ, foi aberta oportunidade para os demais fiscais das chapas para manifestarem suas impugnações, dando-se a devida isonomia.

- A forma e o prazo para a apresentação da impugnação da mesa foi correto. Se houve algum erro na forma de condução dos trabalhos da CEN, esse erro se deu por não se ter julgado a impugnação no mesmo momento em que foi recebida.

Sendo assim, voto pela MANUTENÇÃO da Resolução nº 24/2022, de 27 de outubro de 2022 e pelo julgamento do Recurso apresentado pela Chapa Reconstrução.

Solicito que o inteiro teor dessas considerações conste em ata.

É O MEU VOTO.



Sandra Regina Yaginuma

Membro titular da CEN

Prezados membros da CEN, Edi Maria Marcon Travessini, Jorge Márcio da Silva Mafra Filho, Dalva Maria Queiroz Amaral e Sandra Regina Yaginumá.

Eu, Jether Abrantes de Lacerda, membro titular da CEN, seguindo orientação da Senhora Presidente da Comissão Eleitoral Nacional – CEN 2022, Edi Maria Marcon Travessini, que ao designar um dos membros titulares (Sandra Regina Yaginumá) como relatora dos pedidos de impugnação ao resultado das Eleições 2022 do Sindireceita; e, uma vez que foram apresentadas 04 (quatro) impugnações por escrito e encaminhadas à CEN mediante correspondência postada por Sedex ou meio de entrega expressa com aviso de recebimento, conforme determina o Regulamento Eleitoral do Sindicato no artigo 37, inciso 1º; destacando que o prazo para apresentar impugnação encerrou na segunda-feira, dia 14 de novembro, e que a Comissão Eleitoral Nacional (CEN) tem até a próxima quarta-feira, dia 23 de novembro para a homologação dos resultados, venho manifestar minhas considerações e votos acerca das seguintes impugnações apresentadas:

- I- Pelo candidato a presidente da DEN pela Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves;
- II- Pelas filiadas Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo;
- III- Pelo candidato a presidente da DEN pela Chapa Reconstrução, Paulo Antenor de Oliveira; e
- IV- Pelo filiado Luís Fernando Ferreira Costa.

Manifesto ainda, que tomando por base os votos da citada relatora, farei as minhas singelas considerações e apresentarei os meus respectivos votos, convergindo ou divergindo com a mesma.

A) Da impugnação apresentada pelo candidato a presidente da DEN pela Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves:

Pedido 1 – “Sejam acolhidas as preliminares de mérito suscitadas para não ser conhecida/admitida impugnação que não tenha como objeto questões relativas à fase de divulgação da apuração, que não tenham sido arguidas oportunamente ou que já tenham sido decididas,”

Considerando meu voto (ver em anexo) quanto à forma (oportunidade) de aceitação e julgamento da impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração, a qual resultou na publicação da Resolução 024/2022 de 27/10/2022.

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido 2 – “No mérito, seja desclassificada a Chapa Reconstrução por”:

2.1) ter realizado campanha eleitoral fora do prazo estabelecido pela Resolução CEN nº 07/2022

Em virtude da minha absoluta convergência com as considerações apresentadas pela relatora:

VOTO por rejeitar o pedido.

2.2) prática de fake News

Em virtude da minha absoluta convergência com as considerações apresentadas pela relatora:

VOTO por rejeitar o pedido.

2.3) reconhecimento tácito (silêncio eloquente) da irregularidade na fonte de custeio da despesa com advogado.

Em virtude da minha absoluta convergência com as considerações apresentadas pela relatora:

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido 3 – “Subsidiariamente, caso a CEN não acolha o pedido de desclassificação da Chapa Reconstrução, o que se admite apenas em obediência ao princípio da oportunidade, REQUER seja aplicada a penalidade pecuniária pela prática infracional da propaganda eleitoral extemporânea, nos termos previstos na legislação eleitoral”.

Em virtude da minha absoluta convergência com as considerações apresentadas pela relatora:

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido 4 – “REQUER, por fim, seja encaminhada a presente impugnação ao Conselho de Ética e Disciplina para que promova a apuração disciplinar praticada pelo candidato a Diretor de Assuntos Jurídicos pela Chapa Reconstrução, João Jacques Silveira Pena, em decorrência da fake News apontada na presente impugnação, bem como para seja apurada a forma como teve acesso a documentos considerados sensíveis (LGPD) que foram compartilhados no vídeo objeto da mencionada fake News”.

Acolhendo as considerações apresentadas pela relatora:

VOTO por rejeitar o pedido.

B) Da impugnação apresentada pelas filiadas Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo:

Pedido 1 – “Anular as resoluções de nº 01 de 15 de junho de 2022, nº 02 de 29 de junho de 2022, nº 03 de 05 de julho de 2022, nº 04 de 06 de julho de 2022, nº 05 de 07 de julho de 2022, nº 06 de 15 de julho de 2022, nº 07 de 20 de julho de 2022, nº 08 de 02 de agosto de 2022, nº 09 de 02 de agosto de 2022, nº 11 de 04 de agosto de 2022, nº 12 de 04 de agosto de 2022, nº 13 de 30 de agosto de 2022; nº 14 de 01 de setembro de 2022, nº 15 de 02 de setembro de 2022, nº 16 de 06 de setembro de 2022, nº 17 de 08 de setembro de 2022, nº 18 de 09 de setembro de 2022, nº 19 de 09 de setembro de 2022, nº 20 de 11 de setembro de 2022, nº 21 de 20 de setembro de 2022, nº 22 de 09 de outubro de 2022, nº 23 de 19 de outubro de 2022, nº 24 de 27 de outubro de 2022, nº 25 de 03 de novembro de 2022 e tornar sem efeito os atos praticados pela Comissão Eleitoral Nacional, pois suas deliberações contrariam a obrigatoriedade de ocorrerem em sessões públicas, conforme determina o Art. 4º do Regimento da Comissão Eleitoral;”

Em que pese este membro, ter entendimento similar na quase totalidade das manifestações apresentadas pelas nobres filiadas **Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo**, em especial as suas colocações preliminares (1), bem como: DAS NORMAS REGULADORAS DO PROCESSO ELEITORAL (2); DA PUBLICIDADE DOS ATOS PRATICADOS (3); ETAPAS DO PROCESSO ELEITORAL E COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS (4); PROCEDIMENTOS DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA (5); ATRIBUTOS DO VOTO (6); e, A SOBERANIA DA VONTADE DO FILIADO ELEITOR (7).

No entanto, avalio que as anulações de todas as resoluções elencadas no “**Pedido 1**” seria um “remédio” em “dose” desproporcional, o qual traria muitos “efeitos colaterais” ao processo eleitoral em curso. Diante deste fato:

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido 2 – “Anular as resoluções de nº 24 de 27 de outubro de 2022 e nº 25 de 03 de novembro de 2022 e tornar sem efeito os atos praticados pela Comissão Eleitoral Nacional, pois suas deliberações afrontam a competência de apuração das Mesas Eleitorais e anteciparam a fase de impugnação dos resultados das eleições, conforme define os Arts. 28 e 37, ambos, do Regulamento Eleitoral;”

Considerando meus votos (ver em anexo) quanto à forma (oportunidade) de aceitação e julgamento da impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração, a qual resultou na publicação da Resolução 024/2022 de 27/10/2022, bem como, o que foi por mim proferido no dia 03/11/2022 quando da análise do recurso apresentado pela Chapa Reconstrução, tendo como resultado a publicação da Resolução 025/2022 de 25/10/2022:

VOTO favorável ao pedido.

Pedido 3 – “Anular as urnas da Delegacia Sindical de Alagoas, Delegacia de Ponta Grossa, Delegacia de Santa Maria e Delegacia Alfândega Galeão do Rio de Janeiro, pois não enviaram o mapa de apuração para o e-mail da comissão eleitoral, conforme estabelece o Art. 29 do Regulamento Eleitoral;”

Considerando que a Comissão Eleitoral Nacional – CEN2022, por meio da Resolução nº 23, foi ao encontro da legislação eleitoral quando afirmou que faria todo o possível para garantir o direito do filiado de ter seu voto considerado válido, e mais, por entender que alguns descumprimentos de formalidades, que não ofereceram risco a lisura das eleições, não devam ser motivos para na prática desconsiderar o nobre ideal manifestado citada resolução:

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido 4 – “Anular as urnas da Delegacia Sindical de Salvador, Delegacia Sindical de Aracaju, Delegacia de Feira de Santana, Delegacia de Goiânia, Delegacia de Natal, Delegacia de Piracicaba, Delegacia de Presidente Prudente, Delegacia do Rio de Janeiro Centro Sul, Delegacia de São José dos Campos, Delegacia Sindical de Itajaí, Delegacia Sindical de Santarém, Delegacia de Taubaté e da Delegacia de Uruguaiana, Delegacia do Acre, Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Caxias do Sul, Cuiabá, Novo Hamburgo, Osasco, Rio de Janeiro (Mesa 8) e Sorocaba, por terem enviado o e-mail, mapa de apuração ou a ata depois no prazo definido no artigo 29 do Regulamento Eleitoral;”

Considerando que a Comissão Eleitoral Nacional – CEN2022, por meio da Resolução nº 23, foi ao encontro da legislação eleitoral quando afirmou que faria todo o possível para garantir o direito do filiado de ter seu voto considerado válido, e mais, por entender que alguns descumprimentos de formalidades, que não ofereceram risco a lisura das eleições, não devam ser motivos para na prática desconsiderar o nobre ideal manifestado citada resolução:

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido 5 – “Anular as urnas da Delegacia Sindical de Alagoas, Delegacia Sindical do Rio Grande, Delegacia Sindical Alfândega do Porto – RJ, Delegacia Sindical de São Luis, Delegacia de Caxias do Sul, pois deixaram de registrar votos dos eleitores no sistema de votação;”

Considerando que a Comissão Eleitoral Nacional – CEN2022, por meio da Resolução nº 23, foi ao encontro da legislação eleitoral quando afirmou que faria todo o possível para garantir o direito do filiado de ter seu voto considerado válido, e mais, por entender que alguns descumprimentos de formalidades, que não ofereceram risco a lisura das eleições, não devam ser motivos para na prática desconsiderar o nobre ideal manifestado na citada resolução:

VOTO por rejeitar o pedido.

Pedido 6 – “Na hipótese, ainda que remota, de todos os pedidos anteriores serem indeferidos e considerando a soberania da vontade do filiado eleitor – o voto – sobre as regras procedimentais; REQUER, alternativamente, anular a resolução nº 24 de 27 de outubro de 2022 e validar os votos por ela anulados;”

[Considerando que o “Pedido 2” foi acolhido na íntegra por este membro, julgo que o “Pedido 6” perdeu seu objeto.]

Pedido 7 – “Apurar novo resultado, publicar e homologar o resultado das eleições de 2022 do Sindireceita.”

[Considerando que o meu voto favorável ao “Pedido 2”, e caso seja este o entendimento majoritário dos demais membros, fato este que obrigará a Comissão Eleitoral Nacional – CEN2022 restaurar o resultado nos termos divulgados antes das resoluções 024 e 025/2022, julgo plenamente atendido o “Pedido 7”.]

C) Da impugnação apresentada pelo candidato a presidente da DEN pela Chapa Reconstrução, Paulo Antenor de Oliveira:

Considerando todo o teor da referida impugnação, o qual centra seu foco na impugnação ao resultado das Eleições divulgado pela CEN por meio da Resolução nº 25/2022;

Considerando meus votos (ver em anexo) quanto à forma (oportunidade) de aceitação e julgamento da impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração, a qual resultou na publicação da Resolução 024/2022 de 27/10/2022, bem como, o que foi por mim proferido no dia 03/11/2022 quando da análise do recurso apresentado pela Chapa Reconstrução, tendo como resultado a publicação da Resolução 025/2022 de 25/10/2022;

Considerando que a Comissão Eleitoral Nacional – CEN2022, por meio da Resolução nº 23, foi ao encontro da legislação eleitoral quando afirmou que faria todo o possível para garantir o direito do filiado de ter seu voto considerado válido, e mais, por entender que alguns descumprimentos de formalidades, que não ofereceram risco a lisura das eleições, não devam ser motivos para na prática desconsiderar o nobre ideal manifestado na citada resolução;

Adentro diretamente a análise do pedido (item III) para, embasado nos fatos que presenciei ao longo de todo o processo eleitoral, na condição de membro titular da Comissão Eleitoral Nacional, juntamente com os demais membros (Edi Maria Marcon Travessini, Jorge Márcio da Silva Mafra Filho, Dalva Maria Queiroz Amaral e Sandra Regina Yaginuma), testificando termos sempre agidos com muita integridade e lisura; no entanto, como próprio da natureza humana, estamos sujeitos a acertos e erros.

Diante do exposto acima, e em virtude de uma minuciosa leitura de toda a peça impugnatória apresentada pelo candidato a presidente da DEN pela Chapa Reconstrução, Paulo Antenor de Oliveira, e representado por seus advogados que a subscreveram, buscando ser coerente com a já destacada motivação de integridade e lisura, bem como com a constatação que estamos

sujeitos a cometermos equívocos; acolho ao pedido, destacando apenas a ressalva feita pela relatora em seu voto no “Pedido (b)”, portanto:

Pedido (a) – “Haja retificação do posicionamento adotado por esta Comissão Eleitoral quanto a nulidade das urnas, especialmente no que concerne as DS Goiás, DS Alf. Galeão, DS RJ Centro Sul – MESA 01 e DS Brasília – Mesa 02, haja vista que os vícios nelas constatados não são passíveis de nulidade integral da urna posto que não representaram prejuízo as eleições e, na oportunidade, que seja conferida tratamento isonômico às mesas da DS Porto RJ e DS Alagoas, nos mesmos termos conferidos às urnas que não cumpriram os prazos do art. 29 e §§, do Regulamento Geral, mas que foram convalidadas;”

VOTO favorável ao pedido

Pedido (b) – “Que as demais chapas envolvidas no processo eleitoral da CEN sejam notificadas da apresentação desta impugnação e que lhes seja deferido prazo razoável para resposta, de modo que sejam respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa;”

VOTO favorável por dar a devida publicidade à impugnação... “não havendo previsão para abrir prazo para resposta das demais chapas envolvidas”.

Pedido (c) – “Por fim, sob pena de nulidade, requer-se que o julgamento da presente impugnação ocorra nos termos dos artigos 4º e 10, § 1º, do Regimento Interno, isto é, em sessão pública e de forma fundamentada.”

VOTO favorável ao pedido

D) Da impugnação apresentada pelo filiado Luís Fernando Ferreira Costa:

Considerando todo o teor da referida impugnação;

Considerando meus votos (ver em anexo) quanto à forma (oportunidade) de aceitação e julgamento da impugnação apresentada pelo fiscal da Chapa Identidade AT, Thales Freitas Alves, no momento da apuração, a qual resultou na publicação da Resolução 024/2022 de 27/10/2022, bem como, o que foi por mim proferido no dia 03/11/2022 quando da análise do recurso apresentado pela Chapa Reconstrução, tendo como resultado a publicação da Resolução 025/2022 de 25/10/2022;

Considerando que a Comissão Eleitoral Nacional – CEN2022, por meio da Resolução nº 23, foi ao encontro da legislação eleitoral quando afirmou que faria todo o possível para garantir o direito do filiado de ter seu voto considerado válido, e mais, por entender que alguns descumprimentos de formalidades, que não ofereceram risco a lisura das eleições, não devam ser motivos para na prática desconsiderar o nobre ideal manifestado na citada resolução;

Adentro diretamente a análise dos pedidos para, embasado nos fatos que presenciei ao longo de todo o processo eleitoral, na condição de membro titular da Comissão Eleitoral Nacional, juntamente com os demais membros (Edi Maria Marcon Travessini, Jorge Márcio da Silva Mafra Filho, Dalva Maria Queiroz Amaral e Sandra Regina Yaginuma), testificando termos sempre

agidos com muita integridade e lisura; no entanto, como próprio da natureza humana, estamos sujeitos a acertos e erros.

Diante do exposto acima, e em virtude de uma minuciosa leitura de toda a peça impugnatória apresentada pelo filiado Luís Fernando Ferreira Costa, buscando ser coerente com a já destacada motivação de integridade e lisura, bem como com a constatação que estamos sujeitos a cometermos equívocos; voto da seguinte forma:

VOTO favorável aos seguintes pedidos:

Pedido (a) – “Que o presente Recurso seja acolhido, inclusive por tempestivo, e, ao final, julgado procedente pelos fundamentos expostos;”

Pedido (c) – “Que em respeito aos princípios da transparência 360 graus e da publicização de todos os atos da CEN, a sessão de julgamento seja transmitida ao vivo pela plataforma oficial da CEN, informando amplamente, com 24 horas de antecedência, o dia, a hora e o local da sessão, abrindo a sala virtual com 15 minutos de antecedência;”

Pedido (d) – “Que não seja reconhecida a figura esdrúxula da “impugnação de urnas”, que não está no nosso ordenamento interno do presente processo eleitoral e, portanto, não deveria ter sido acolhido, naquele momento do processo eleitoral – quando já havia terminado a contagem de TODOS OS VOTOS, sem mais nenhum VOTO a ser contabilizado e o resultado, naquele momento, foi divulgado na sala da CEN para os presentes, bem como pela Plataforma ZOOM em que inúmeros filiados assistiam e tomaram conhecimento do resultado, até então, de 1.831 votos para a Chapa 2 – Reconstrução; 1.829 Votos para a Chapa Identidade AT e 1.217 Votos para a Chapa Unidade, mesmo que, posteriormente, tenha havido pequena correção, sendo que um voto da Identidade AT passou para a Unidade, ampliando a vantagem para 3 (três) votos) para a Chapa 2 – Reconstrução, com o inacolhimento da “impugnação” extemporânea da Chapa Identidade AT, pois não foi cumprido o artigo 149 do Código Eleitoral, por analogia, já que não houve impugnação junto às juntas apuradoras: (...) Art. 149. Não será admitido recurso contra a votação, se não tiver havido impugnação perante a mesa receptora, no ato da votação, contra as nulidades arguidas (sic);

Pedido (i) – “Que, por todo o exposto, seja invalidada a Resolução CEN nº 24/2022 da Comissão Eleitoral Nacional pela ausência de fundamentos nas normas vigentes do SINDIRECEITA ou do Direito pátrio que embasem a anulação das urnas;”

Pedido (k) – “Que sejam retificadas as Atas que embasaram as Resoluções CEN 024 e 025/2022 a fim de compatibilização dos textos a esse novo julgamento recursal, caso vencedor;”

Pedido (l) – “Seja declarada a vitória da Chapa 2 – Reconstrução, respeitando-se o princípio universal da supremacia dos votos das pessoas votantes, pois ficou demonstrado que NÃO HOUVE FRAUDE, NÃO HOUVE DOLO e nem VOTO EM DUPLICIDADE;”

Pedido (m) – “Sem embargo de outras impugnações, seja de chapa e/ou de outro filiado, conforme facultado pelo artigo 37 do Regulamento Eleitoral, deverão ser analisados de per si, isto é, cada recurso julgado de forma individual, considerando, pois, certamente, não terão as mesmas causas de pedir, os mesmos autores e nem os mesmos pedidos;”

Pedido (n) – “Consequentemente, sejam considerados como votos válidos os contados nas urnas das Delegacias Sindicais de Maceió - Alagoas e da Alf do Porto do RJ - RJ;”

VOTO por rejeitar o seguinte pedido:

Pedido (b) – “Que seja possibilitado ao ora recorrente a defesa oral quando do julgamento do presente recurso, com transmissão ao vivo via plataforma ZOOM;”

AVALIO por prejudicados (pela não adequação ou impropriedade dos mesmos) os seguintes pedidos:

Pedido (e) – “Que seja invalidado, por falta de fundamentos, nos termos do inciso IX da CF88 cc com o artigo 489 do CPC, o voto da CEN, proferido pela Sra Dalva Maria Queiroz Amaral que não possui (carece) nenhum fundamento fático e/ou jurídico;”

Pedido (f) – “Que seja invalidado, por falta de fundamentos, nos termos do inciso IX da CF88 cc com o artigo 489 do CPC, o voto da CEN, proferido pelo Sr. Jorge Márcio da Silva Mafra Filho que declara em seu voto que a CEN já havia analisado outras ocorrências, em tese, mais graves, mas que todos foram validados, porém no caso das duas Mesas Eleitorais das DS Maceió – AL e da Alf do Porto do RJ – RJ, mesmo sem FRAUDE, DOLO e/ou VOTO EM DUPLICIDADE, votou pelo mais GRAVOSO, isto é, ANULAR a URNA toda, anulando, no total, 32 (trinta e dois) votos, alterando, radicalmente, o resultado das eleições contra a Chapa 2 – Reconstrução que havia vencido pela supremacia da vontade das pessoas votantes;”

Pedido (g) – “Que seja invalidado, por falta de fundamentos consistentes, nos termos do inciso IX da CF88 cc com o artigo 489 do CPC, o voto da CEN, proferido pela e Sra Sandra Regina Yaginuma, bem como por ter confundido, equivocadamente, as juntas apuradoras locais (art 169 e 195 do Código Eleitoral) com a contabilização da CEN, que são momentos distintos do processo eleitoral e seu voto foi baseado na premissa equivocada e merece ser invalidado, por questão de justiça, por analogia do artigo 149 do Código Eleitoral, o momento de eventual impugnação às urnas já havia precluído: (...) Art. 149. Não será admitido recurso contra a votação, se não tiver havido impugnação perante a mesa receptora, no ato da votação, contra as nulidades arguidas (sic);”

Pedido (h) – “Que sejam mantidos os votos percucientes da Sra Edi Maria Marcon Travessini e do Sr Jether Abrantes de Lacerda, proferidos na Res CEN 025/2002 por conterem fundamentação que elucidam o momento eleitoral da interposição da impugnação, pela Chapa Identidade AT, fora do prazo que já havia precluído quando da “junta apuradora local”, que só foi interposto junto à CEN, em momento inoportuno, após o resultado ter sido divulgado e, naquele momento do Processo Eleitoral, não cabia impugnação, por não existir a figura da “impugnação de urnas”, e, sim, prazo RECURSAL previsto no artigo 37 do Regulamento Eleitoral, que ora estamos aplicando;”

Pedido (j) – “Que também seja invalidada a Res CEN 025/2022 da Comissão Eleitoral Nacional por ausência dos fundamentos legais e regulamentares nos votos de, pelo menos três membros da CEN;”

Pedido (o) – “Que seja publicado o resultado das Eleições Gerais do SINDIRECEITA, conforme consolidação realizada antes da expedição da Resolução CEN nº 24/2022 e 025/2022 por invalidade dos atos, nos termos recursais e dos votos vencidos naquele julgamento (votos da Sra Edi e do Sr. Jether), com a eleição da Chapa 2 – Reconstrução por 1.831 votos contra 1.828 votos da Chapa 1 Identidade AT e 1.218 votos da Chapa 3 UNIDADE;”

Prezada Presidente da CEN2022, demais colegas membros titulares Dalva, Jorge e Sandra,

Na condição de membro titular da Comissão Eleitoral Nacional – CEN do Sindireceita, eu, JETHER ABRANTES DE LACERDA, CPF 172.599.323-68, em virtude da nossa reunião virtual realizada no dia de hoje (1º de novembro de 2022) que inicialmente contou com a presença do advogado Rodrigo Pereira, devidamente contratado no curso do processo eleitoral 2022 do Sindireceita, para prestar-nos assessoria técnica em virtude da ausência de operadores do direito entre os membros titulares da CEN; momento este em que foi exaustivamente debatido entre os participantes a oportunidade ou não, da anulação das urnas da Delegacia Sindical Alagoas e da Delegacia Sindical ALF do Porto do Rio de Janeiro (consequentemente, anulação da totalidade de votos colhidos nas respectivas urnas) por meio da Resolução Nº 024/2022 de 27 de outubro de 2022; e atendendo a solicitação da Senhora Presidente para motivar nosso “voto” em relação ao assunto por nós discutido (oportunidade ou não da resolução), solicitação esta feita após continuidade da mesma reunião (desta vez sem a presença do referido advogado), momento em que cada um dos cinco membros da CEN2022 tiveram a palavra para se manifestar sobre suas convicções em relação a decisão tomada na citada resolução acima, o que passo a fazer agora:

Vale registrar que no dia 27/10/2022, por volta das 14:00hs, recebi no grupo de WhatsApp (CEN ADM) um arquivo em PDF contendo as razões e a decisão de anulação das urnas da Delegacia Sindical Alagoas e da Delegacia Sindical ALF do Porto do Rio de Janeiro (consequentemente, anulação da totalidade de votos colhidos nas respectivas urnas). Após ler o conteúdo do referido arquivo, e ver que constava meu nome para assinar digitalmente o mesmo, registro que até aquele momento eu não tinha sido em nenhum momento e de nenhuma forma comunicado e/ou participado do teor/redação da resolução. Ato contínuo, encaminhei para outro grupo de WhatsApp (CEN Sindireceita 2022), uma vez que o grupo anterior tem entre seus participantes não membros da CEN2022. Feito isso, passei a postar mensagens para **demonstrar minha total divergência** com o teor, e a decisão que constava naquele PDF (basicamente o mesmo teor da Resolução 024/2022).

Na tentativa de mostrar aos meus pares da CEN2022, que aquele conteúdo, era um grande equívoco, passei mais de uma hora, trocando mensagens com pelo menos dois membros da CEN2022, mais precisamente os colegas Jorge e Sandra (desculpem se esqueço neste momento de citar as outras duas colegas, Edi e Dalva, realmente não recordo de ter lido nenhuma mensagem delas). Em todo caso, essa dúvida pode ser sanada ao lermos o anexo da Ata 023/2022, em que minha última mensagem na tarde da quinta-feira 27 de outubro de 2022, foi justamente meu pedido que fosse consignado em ata o inteiro teor das nossas conversas tratadas naquele dia. Digo isto, uma vez que nas referidas mensagens materializei de maneira cristalina as razões da minha divergência, julgo não ser necessário repeti-las aqui na íntegra.

Em todo caso, ao finalizar este “voto”, opto por fazer um breve resumo dos meus motivos: Por avaliar que à luz do Estatuto e do Regulamento Eleitoral, é muito claro que não temos a figura da “impugnação de urnas” na fase de apuração/consolidação dos votos, que se conclui com o fechamento do Mapa de Apuração do Resultado, fato que ocorreu na noite do dia 26/10/2022, momento em que após ser apurado e consolidado todos os votos (Virtuais, Presenciais, incluindo os votos em separado, bem como, por correspondência), ou seja, quando não havia mais nenhum, absolutamente nenhum voto a ser apurado, tivemos o anúncio por meio da

colega Sandra que estava naquele momento secretariando os trabalhos da CEN, a declaração com o resultado oficial, para todos os presentes (membros da CEN, candidatos, fiscais, dentre outros) incluindo as dezenas de colegas que estavam conectada(o)s pelo link do Zoom que transmitia nossa apuração, sendo informado a todos o seguinte resultado para DEN: CHAPA IDENTIDADE AT-1829 votos; CHAPA RECONSTRUÇÃO-1831 votos; CHAPA UNIDADE- 1217 votos. Portanto resultando como “Chapa Vencedora” a CHAPA RECONSTRUÇÃO. Momentos depois, eu mesmo fiz questão de frisar aos demais membros da comissão a necessidade de igualmente divulgar o resultado oficial das Delegacias Sindicais, o que foi feito por mim, antes do encerramento dos trabalhos. Vale finalmente destacar, que na manhã da quinta-feira (27) no reinício dos trabalhos houve uma solicitação para que fizéssemos um “batimento” do Mapa de Apuração, uma vez que alguns presentes disseram ter números diferentes para as três Chapas concorrentes a DEN, em relação a algumas DS, “batimento” este que foi prontamente acatado pela CEN, e realizado com total transparência, inclusive com a planilha de resultado sendo destacado em uma das telas de TV, com uso de ZOOM da imagem, bem como, aberto todos os envelopes das mesas que colheram os votos presenciais no dia 07/10/22, o que permitiu que o batimento da planilha do Mapa de Apuração fosse rigorosamente confrontado com as informações encaminhadas pelos mesários. Deste batimento, resultou uma retificação no resultado oficial proclamado no dia anterior, com a diminuição de 01 (um) voto para a Chapa IDENTIDADE AT, e o acréscimo de 01 (um) voto para a Chapa UNIDADE. O que resultou após o “batimento” solicitado no seguinte resultado oficial do processo eleitoral para a DEN: CHAPA IDENTIDADE AT-1828 votos; CHAPA RECONSTRUÇÃO-1831 votos; CHAPA UNIDADE- 1218 votos. Portanto ratificando como “Chapa Vencedora” a CHAPA RECONSTRUÇÃO.

Diante de todo exposto acima, voto pela REVOGAÇÃO da Resolução 024/2022 de 27/10/2022, uma vez que tenho entendimento divergente dos membros da DEN que assinaram a referida resolução, sugerindo que as razões apresentadas pela Chapa IDENTIDADE AT a CEN, por meio de e-mail, sejam aceitas como “Impugnação de Resultado” conforme prazo estabelecido no Art. 122 do Estatuto da entidade sindical. A qual deverá ter seu mérito analisado e julgado por essa comissão em momento oportuno. Na oportunidade, caso seja voto vencido (o que quero acreditar que não ocorrerá), e a Resolução 024/2022 não seja revogada, sugiro que o já conhecido recurso da Chapa RECONSTRUÇÃO seja analisado e julgado nesta próxima quinta-feira (03/11/2022) e já opino, pela ACEITAÇÃO do pedido de sustentação oral feito por parte do advogado representante da Chapa RECONSTRUÇÃO, bem como, solicito que em nome da transparência dos nossos atos como integrantes da CEN2022, que a referida seção/reunião para a análise e julgamento do recurso, seja igualmente gravada (como todas ocorridas na atual fase do processo eleitoral) e também disponibilizado o Link da sala do zoom para (caso seja de interesse dos filiados) possa ser acompanhada em tempo real.

É COMO VOTO.

ET: Solicito a consignação em ata do inteiro teor deste voto.

Jether Abrantes de Lacerda

Membro Titular da CEN2022



Voto sobre mérito da Resolução CEN2022 Nº 024/2022 (atacada por recurso da Chapa Reconstrução)

DAS PRELIMINARES DO VOTO:

Na condição de membro titular da Comissão Eleitoral Nacional – CEN do Sindireceita, eu, JETHER ABRANTES DE LACERDA, CPF 172.599.323-68, em virtude da publicação da Resolução 024/2022 de 27/10/2022, na qual devido a “impugnação” apresentada pela Chapa Identidade AT por meio de envio de e-mail no curso da fase de apuração/consolidação dos votos das eleições do Sindireceita, decidiu pela anulação de 02 (duas) urnas, a saber, das DS de Alagoas e ALF Porto Rio de Janeiro, e tendo em vista o recurso apresentado pela Chapa Reconstrução, no qual ataca a referida resolução e solicita que a mesma seja invalidada; após criteriosa análise dos fatos, inclusive após ouvir a sustentação oral do representante da Chapa Reconstrução, realizada em reunião virtual na data de 03/11/2022, com início às 08:00 hs, contando com a participação de todos os membros titulares da CEN2022, além da presença dos advogados Dr. Bruno Rocha (representante da Chapa Reconstrução) e do Dr. Rodrigo Pedreira (assessor técnico da CEN2022), além dos 03 (três) candidatos a presidência da DEN, acompanhados ainda por 07 (sete) outros candidatos das três chapas concorrentes; venho respeitosamente apresentar o meu voto, o que passo a fazer agora:

Início este voto, fazendo uma breve preliminar em relação a forma/oportunidade da edição/publicação da Resolução Nº 024/2022 da Comissão Eleitoral Nacional – CEN 2022 – SINDIRECEITA:

Uma vez que à luz do Estatuto e do Regulamento Eleitoral do Sindireceita, não temos a figura da “impugnação de urnas” na fase de apuração/consolidação dos votos, que no caso específico do pleito de 2022, se concluiu com o fechamento do Mapa de Apuração do Resultado, fato que ocorreu na noite do dia 26/10/2022, momento em que após ser apurado e consolidado todos os votos (Virtuais, Presenciais, incluindo os votos em separado, bem como, por correspondência), ou seja, quando não havia mais nenhum, absolutamente nenhum voto a ser apurado, tivemos naquela oportunidade o anúncio por meio da membro titular da CEN Sandra Regina Yaginuma, a qual estava naquele momento secretariando os trabalhos da CEN, a declaração com o resultado oficial, para todos os presentes (membros da CEN, candidatos, fiscais, dentre outros) incluindo as dezenas de colegas que estavam conectada(o)s pelo link do Zoom que transmitia nossa apuração, sendo informado a todos o seguinte resultado para DEN: CHAPA IDENTIDADE AT-1829 votos; CHAPA RECONSTRUÇÃO-1831 votos; CHAPA UNIDADE-1217 votos. Portanto resultando como “Chapa Vencedora” a CHAPA RECONSTRUÇÃO. Vale destacar nesta preliminar, que na manhã da quinta-feira (27) no reinício dos trabalhos houve uma solicitação para que fosse feito um “batimento” do Mapa de Apuração, uma vez que alguns presentes disseram ter números divergentes do resultado anunciado para as três Chapas concorrentes a DEN, em relação a algumas DS, “batimento” este que foi prontamente acatado pela CEN, e realizado com total transparência, inclusive com a planilha de resultado sendo destacado em uma das telas de TV, com uso de ZOOM da imagem, bem como, aberto todos os envelopes das mesas que colheram os votos presenciais no dia 07/10/22, o que permitiu que o batimento da planilha do Mapa de Apuração fosse rigorosamente confrontado com as informações encaminhadas pelos mesários. Deste batimento, resultou uma retificação no resultado oficial proclamado no dia anterior, com a diminuição de 01 (um) voto para a Chapa

IDENTIDADE AT, e o acréscimo de 01 (um) voto para a Chapa UNIDADE. O que resultou após o “batimento” solicitado no seguinte resultado oficial do processo eleitoral para a DEN: CHAPA IDENTIDADE AT-1828 votos; CHAPA RECONSTRUÇÃO-1831 votos; CHAPA UNIDADE- 1218 votos. Portanto ratificando como “Chapa Vencedora” a CHAPA RECONSTRUÇÃO.

Diante dos fatos relatados acima, concluo minha preliminar em relação a forma e oportunidade da edição e publicação da agora analisada Resolução nº 024/2022, para afirmar que na condição de um dos membros titulares da CEN2022, divergi fortemente do seu conteúdo quando o mesmo foi apresentado a mim, por meio de um arquivo em PDF que foi enviado para um grupo de WhatsApp do qual por ser membro titular da CEN2022 faço parte, no qual trazia a decisão tomada por parte dos demais membros da CEN2022, sem que eu tivesse tido a oportunidade de me manifestar sobre o seu mérito e forma, fato este que gerou dezenas de trocas de mensagens via WhatsApp, nas quais da minha parte tinha a motivação de convencer os meus pares que a decisão de acolhimento de quaisquer ditas “impugnações de urnas” por parte da CEN após a divulgação do resultado oficial proferido conforme relatado acima, na noite da quarta-feira 26/10/2022, era um grave equívoco; após exaustivas mensagens trocadas por mais de uma hora e sem lograr êxito na minha tentativa de convencer os autores da resolução, me reconheci por vencido e formalizei minha divergência com a solicitação de que o teor das mensagens gravadas fossem consignadas na ata que faria alusão a respectiva resolução. Vale ainda registrar que a maneira como se deu a edição e publicação da resolução 024/2022 relatada nesta preliminar, gerou desdobramentos desagradáveis na CEN, havendo inclusive a necessidade de se fazer uma reunião virtual na terça-feira, 1º de novembro, culminando numa votação para decidir, dessa vez contando com a presença da totalidade dos membros da CEN, pela oportunidade ou não do conteúdo e decisão da Resolução 024/2022, declaro que na citada reunião votei pela REVOGAÇÃO da Resolução 024/2022 de 27/10/2022, uma vez que tinha e mantenho entendimento divergente dos demais membros da DEN que assinaram a referida resolução, e sugeri que as razões apresentadas pela Chapa IDENTIDADE AT a CEN, por meio de e-mail, fossem acolhidas como “Impugnação de Resultado” conforme prazo estabelecido no Art. 122 do Estatuto da entidade sindical. A qual deveria ter seu mérito analisado e julgado por essa comissão em momento oportuno. Na oportunidade, caso fosse voto vencido (o que efetivamente ocorreu), e a Resolução 024/2022 não fosse revogada, sugeri que o já conhecido recurso da Chapa RECONSTRUÇÃO fosse analisado e julgado, e em virtude da orientação do advogado contratado no curso do processo eleitoral para prestar assistência técnica a CEN2022, o qual durante sua participação na citada reunião virtual desta terça-feira, orientou pela desnecessidade de atendermos o pedido de sustentação oral feito no primeiro pedido do recurso apresentado pela Chapa Reconstrução, diante dessa orientação, já opinei no meu voto, pela ACEITAÇÃO do pedido de sustentação oral feito por parte do advogado representante da Chapa RECONSTRUÇÃO, o que posteriormente (ainda no dia de ontem) foi acolhido pelo acompanhamento de mais dois membros, perfazendo assim a maioria dos votos, bem como, solicitei que em nome da transparência dos nossos atos como integrantes da CEN2022, que a referida seção/reunião para a análise e julgamento do recurso, fosse igualmente gravada (como todas ocorridas na atual fase do processo eleitoral) e também disponibilizado o Link da sala do zoom para (caso fosse de interesse dos filiados) ser acompanhada em tempo real, o que não tive acompanhamento de nenhum dos membros, sendo também voto vencido. Posteriormente em virtude de uma manifestação de candidatos da Chapa Unidade, fui comunicado por parte da Presidente da CEN2022, Edi Maria Marcon Travessini, que a mesma havia entendido que seria necessário convidar os presidentes das chapas para participarem, como ouvintes, da sustentação oral da defesa da Chapa Reconstrução. Fato este que me fez sentir parcialmente

contemplado em ver compartilhado o link da reunião de hoje (03/11/2022) não unicamente para os membros da CEN e do advogado da Chapa Reconstrução, aliás, na verdade vale registrar que realizada efetivamente a reunião ocorrida na manhã desta quinta-feira, como já citado acima contamos na verdade com a presença de 17 (dezessete) participantes, sendo dado a palavra não só para o advogado que solicitou a sustentação oral, mas, ao presidente da Chapa Identidade AT, e a um integrante da Chapa Unidade; além da abertura do chat da reunião pelo zoom, momento que permitiu diversas mensagens relacionadas ao mérito da discussão.

DO MÉRITO DA RESOLUÇÃO 024/2022:

Feitas as breves preliminares acima, passo a adentrar no meu voto o mérito da Resolução 024/2022, iniciando com o teor da Síntese da Impugnação, a qual inicia-se com a informação que “ *Foi recebido via e-mail da CEN (cen2022@sindireceita.org.br) impugnação do fiscal de apuração pela Chapa Identidade AT Thales Freitas Alves, contra a validação das urnas das mesas eleitorais da DS Alagoas e DS ALF Porto RJ.*”

Quanto a este relato inicial, analisando o referido e-mail, constata-se que no dia 25 de outubro de 2022 às 14h:26min. o fiscal Thales Freitas na qualidade de candidato a presidente da Chapa Identidade AT, enviou para a caixa de e-mail da CEN2022 dirigida aos membros da Comissão Eleitoral Nacional 2022, mensagem solicitando e questionando diversos relatórios dos trabalhos pela mesa eleitoral, bem como na mesma mensagem já tornou manifesto “impugnação” de diversas mesas eleitorais, dentre elas as das DS de Alagoas e da ALF do Porto RJ; posteriormente em 27 de outubro de 2022 às 08h:13min. foi enviado a mesma caixa de e-mail da CEN2022, nova mensagem dirigida igualmente aos membros da Comissão Eleitoral Nacional 2022, expondo e requerendo dois itens: 1) Recontagem dos Mapas de votação em urna, e 2) Impugnação de mesas eleitorais, porém desta feita impugnando apenas as mesas das DS de Alagoas e ALF Porto do RJ, destacando que em virtude da CEN2022 já haver anulado (entre as 14h:26min. do dia 25/10 e as 08h:13min. do dia 27/10, ex ofício, algumas mesas dentre as que haviam solicitado impugnação pelo e-mail enviado em 25/10/2022. Na oportunidade do envio do segundo e-mail, salientou que o pedido de impugnação das Mesas de Alagoas e da ALF do Porto do RJ, tinha como único escopo garantir a lisura do processo eleitoral, ou seja, assegurar que a coleta de votos de TODAS as mesas validadas pela CEN encerrou as 17:00 do dia 07/10. Finalizou seu segundo e-mail , requerendo a CEN2022: a) Realização de nova contabilização dos Mapas de Apuração das mesas eleitorais; e b) Anulação das mesas das DS de Alagoas e ALF. Porto do RJ.

Dito tudo isto nos dois parágrafos acima, obrigo-me a fazer nesta fase de julgamento do mérito da Resolução 024/2022 algumas considerações, sendo a primeira que: uma vez que a CEN2022 recebeu desde o dia 25/10/22, mais precisamente às 14h:26min, (destaque-se que naquele momento a apuração ainda estava aberta e o resultado oficial ainda não tinha sido divulgado) pedido de “impugnação das mesas” das DS Alagoas e ALF. do Porto RJ; é portanto fato incontestável que até a proclamação do resultado oficial, o que aconteceu apenas na noite do dia seguinte ao recebimento do e-mail, ou seja, na noite do dia 26/10/22, embora a CEN2022 já tivesse conhecimento das solicitações contidas no primeiro e-mail, nenhuma decisão foi tomada

no sentido de acolher a solicitação que pedia a anulação das mesas das DS de Alagoas e ALF. do Porto do RJ, pelo contrário, na condição de membro titular da DEN, testifico que em pelo menos duas reuniões informais com a totalidade dos membros da CEN2022 ainda antes do fechamento das conferências de todas as mesas, a posição da totalidade dos seus membros era pelo não acolhimento de nenhuma “impugnação de urnas” na fase de apuração, muito menos após todos os votos terem sido apurados, o mapa de votação totalizado e o resultado oficial divulgado. E que qualquer solicitação de “impugnação de urna”, inclusive a referente ao e-mail do dia 25/10/22 da Chapa Identidade AT, teria que ser apresentada como Impugnação de Resultado após a publicação do mesmo, em obediência aos artigos 121 e 122 do Estatuto do Sindireceita.

Adentrando a análise da Impugnação constante na Resolução 024/2022, sobre a afirmação que a impugnação da Chapa Identidade AT foi apresentada tempestivamente, tal afirmativa é controversa, uma vez que como citado nas preliminares deste singelo voto, à luz do Estatuto e do Regulamento Eleitoral do Sindireceita, não temos a figura da “impugnação de urnas” na fase de apuração/consolidação dos votos; sendo que essa controvérsia fica literalmente explícita na própria análise da impugnação constante na Resolução 024/2022 quando diz: “ *CONSIDERANDO que o Estatuto do Sindireceita e o Regulamento Eleitoral são omissos quantos a análise das impugnações apresentadas no decorrer da apuração dos votos*”; imagine-se falar em acolhimento de impugnação de urnas, após a finalização da apuração dos votos, o que justamente ocorreu com a publicação da Resolução 024/2022, por quatro membros da CEN2022 exatamente no dia 27/10/2022 após as 11:00hs, uma vez que como membro titular da CEN2022, estando presente do início ao fim da apuração, inclusive na manhã da própria quinta-feira (27) acompanhei passo a passo a recontagem dos mapas de votação em todas as urnas, para dirimir toda e qualquer dúvida levantada por alguns integrantes das chapas concorrentes a DEN que acompanharam a fase de apuração; e que até aquele horário (11:00hs) comuniquei a Presidente da CEN2022 que teria que me ausentar, conforme já previamente acordado com toda a CEN, uma vez que todos eram sabedores que eu estava trabalhando nas Eleições Nacionais do Brasil, e que estava convocado para participar de um treinamento no dia seguinte (28/10) na cidade de Juazeiro do Norte-CE, meu domicílio eleitoral. Vale lembrar que antes de me ausentar indaguei a senhora presidente se a nossa decisão de não acolher nenhuma impugnação de urnas estava mantida, recebi da mesma a ratificação da decisão; momento que manifestei que todo e qualquer ato administrativo que corroborasse com aquele entendimento seria por mim prontamente assinado, seja por meio de resolução e a respectiva ata. Infelizmente, apenas três horas depois, quando já estava a caminho do aeroporto de Brasília, como já relatado nas preliminares deste voto, tomei conhecimento do teor e decisão da resolução 024/2022.

Ainda na dita análise da impugnação, vale salientar minha discordância da aplicação do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) para embasar alguma decisão contida na resolução 024/2022; primeiro em virtude de no meu entendimento não existir omissão no Estatuto em relação ao que está sendo analisado, que justifique a aplicação do referido Código Eleitoral; segundo, pela total falta de correlação entre as atribuições da CEN2022 na fase de apuração apenas dos votos virtuais, por correspondência e votos em separado/conferência dos materiais enviados pelas mesas apuradoras dos votos presenciais (estes últimos realizados no dia 07/10/22), principalmente com a falta de correlação trazida pelo teor do Art. 154 do Código Eleitoral).

Dito isto, e já entrando para as minhas manifestações finais, antes de objetivar o meu voto, informo que ao ler cuidadosamente o teor de todo o recurso apresentado pelo representante da Chapa Reconstrução, que inconformado com a decisão proferida pela CEN2022, por meio da

Resolução 024/2022, em anular as urnas das DS de Alagoas e ALF do Porto do RJ após a divulgação do resultado oficial, no qual a mesma constou como vencedora por 02 (dois) votos de diferença em relação a segunda colocada, sendo que, após a já citada recontagem dos mapas de votação em urna que ocorreu no início da manhã seguinte a divulgação, a diferença aumentou para 03 (três) votos; manifestou sua insatisfação com a referida resolução por meio de um recurso que ataca ao meu ver com muita substância a decisão da resolução, em especial quanto ao mérito, nas razões em que apresenta para demonstrar: Da ausência de previsão para apresentação da impugnação; da carência de fundamento para anulação das urnas; da necessidade de tratamento isonômico entre as Delegacias Sindicais; e dos possíveis efeitos jurídicos da manutenção da Resolução 024/2022; as quais acolho na sua totalidade, até para ser fiel em afirmar que as referidas razões coincidem integralmente com o entendimento explicitado por este membro, quando tomou conhecimento do teor da Resolução 024/2022 poucas horas antes dela ser publicada, momento em que como já citado mais de uma vez aqui, tentou trazer a reflexão aqueles que assinaram a resolução, de quão inoportuna e equivocada era a decisão da mesma.

Sendo assim, como já falado, depois de exaustivo tempo de análise da impugnação formulada pela Chapa Identidade AT, da forma e conteúdo da Resolução 024/2022, do recurso apresentado pela Chapa Reconstrução, e finalmente pelas palavras proferidas na fase de sustentação oral do Dr. Bruno Rocha (representante da Chapa Reconstrução), VOTO para que seja invalidada a Resolução nº 24/2022 da Comissão Eleitoral Nacional, conseqüentemente sejam considerados como votos válidos os contados nas urnas das Delegacias Sindicais de Alagoas e do Porto do RJ e que seja restabelecido e publicado imediatamente o resultado das Eleições Gerais do Sindireceita, conforme consolidação dos votos realizados na noite do dia 26/10/2022, e da ratificação ocorrida na manhã do dia 27/10/2022, declarando assim como vencedora a Chapa Reconstrução por ter alcançado o maior número de votos para a DEN dentre as três chapas concorrentes. Ressalto finalmente, que de acordo com o Art. 122 do Estatuto do Sindireceita, tão logo seja publicado o referido resultado, aí sim, estará aberto o prazo para as impugnações do resultado.

É COMO VOTO.

ET: Solicito a consignação em ata do inteiro teor deste voto.

Jether Abrantes de Lacerda

Membro Titular da CEN2022



Prezados membros da CEN, Jorge Marcio da Silva Mafra Filho, Sandra Regina Yaginuma, Dalva Maria Queiroz Amaral e Jether Abrantes de Lacerda

Eu, Edi Maria Marcon Travessini, manifesto meus votos em relação às impugnações apresentadas à CEN, referentes ao Resultado da Eleição do Sindireceita de 2022.

I – Impugnação do candidato Thales Freitas Alves.

Acompanho o voto da relatora Sandra Regina Yaginuma em sua totalidade.

II – Impugnação das Analistas Tributárias Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo.

Acompanho voto da relatora Sandra Regina Yaginuma em sua totalidade.

III – Recurso pessoal à Resolução CEN Nº 25/2022 e, também, à 024/2022 e Atas respectivas do Analista Tributário Luís Fernando Ferreira Costa.

Acompanho o voto da relatora Sandra Regina Yaginuma em não acatar a admissibilidade do recurso.

IV – Impugnação do candidato Paulo Antenor de Oliveira, por meio de procuração ao escritório Estillac & Rocha Advogados & Associados.

Acompanho o voto da relatora Sandra Regina Yaginuma em sua totalidade.



Edi Maria Marcon Travessini

Presidente da CEN 2022

Em resposta à "Impugnação do Resultado das Eleições do Sindireceita" apresentada pelas filiadas Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo, declaro que acompanho, na íntegra, o voto da relatora Sandra Regina Yaginuma, membro titular da CEN/2022,

Em resposta à "Impugnação para postular a DESCLASSIFICAÇÃO da Chapa RECONSTRUÇÃO", apresentada por Thales Freitas Alves, candidato a presidente da DEN pela Chapa Identidade - AT, declaro que acompanho, na íntegra, o voto da relatora Sandra Regina Yaginuma, membro titular da CEN/2022.

Em resposta à "Impugnação ao resultado das Eleições divulgado pela CEN por meio da Resolução nº 25/2022" apresentada por Paulo Antenor de Oliveira, candidato a presidente da DEN pela Chapa Reconstrução, declaro que acompanho, na íntegra, o voto da relatora Sandra Regina Yaginuma, membro titular da CEN/2022.

Em resposta ao "RECURSO PESSOAL à RESOLUÇÃO CEN Nº 25/2022 e, também, à 24/2022 e Atas respectivas" apresentado pelo filiado Luís Fernando Ferreira Costa, declaro que acompanho, na íntegra, o voto da relatora Sandra Regina Yaginuma, membro titular da CEN/2022.

Dalva Maria Queiroz Amaral
Membro Titular da CEN/2022

Prezados membros da CEN, Edi Maria Marcon Travessini, Sandra Regina Yaginema, Dalva Maria Queiroz Amaral e Jether Abrantes de Lacerda

Eu, Jorge Marcio da Silva Mafra Filho, manifesto meus votos em relação às impugnações apresentadas à CEN, referentes ao Resultado da Eleição do Sindireceita de 2022.

Gostaria de deixar bem claro as nossas dificuldades de executar nosso trabalho de supervisão do pleito eleitoral com as precárias condições do nosso estatuto e regulamento eleitoral.

I – Impugnação do candidato Thales Freitas Alves

Acompanho o voto da relatora Sandra Regina Yaginema em sua totalidade, ressaltando a necessidade do envio da representação ao Conselho de Ética do Sindireceita para apreciação dos atos praticados pelo Sr. João Jacques Silveira Pena em relação ao acesso a dados sensíveis e cobertos pela LGPD.

II – Impugnação das Analistas Tributárias Rosilene da Costa Fernandes e Denise Rodrigues de Figueredo

Acompanho voto da relatora Sandra Regina Yaginema em sua totalidade.

III – Recurso pessoal à Resolução CEN Nº 25/2022 e, também, à 024/2022 e Atas respectivas do Analista Tributário Luís Fernando Ferreira Costa.

Acompanho o voto da relatora Sandra Regina Yaginema em não acatar a admissibilidade do recurso.

IV – Impugnação do candidato Paulo Antenor de Oliveira, por meio de procuração ao escritório Estillac & Rocha Advogados & Associados

Acompanho o voto da relatora Sandra Regina Yaginema em sua totalidade.

Brasília, 21 de novembro de 2022.

